

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviço de seguro veicular a ser utilizado nas viaturas que realizam traslado intermunicipal pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, para o veículo abaixo relacionado:

- I/FORD TRANSIT VER AMB3, placa RJQ9C62, ano/modelo 2022/2023.

1.2. A cobertura da apólice atenderá a modalidade valor de mercado.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação atenderá às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, salientando a necessidade de garantir segurança durante o transporte de pacientes de urgência e traslado para outros municípios.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133 de 2021.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa integral pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto;

4.2. O serviço será executado pelo período de 12 (doze) meses, com validade a contar da data de pagamento da nota fiscal,

4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas;

4.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o termo de referência.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada obriga-se a:

5.1.1 Efetuar a execução dos serviços no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

5.1.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;

5.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.1.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

5.1.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.1.6 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A Contratante obriga-se a:

- 6.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço executado para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 6.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.1.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7. MEDIDAS ACAUTELADORAS

7.1. Consoante a Lei 14.133 de 2021, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 8.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 10.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.3 O fiscal de contrato deverá ser o servidor Bruno Lima de Mello, matrícula nº 4188

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da 155, 156 e 158 da Lei nº 14.133 de 2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas, o fornecedor que:
 - 9.1.1 Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
 - 9.1.2 Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
 - 9.1.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
 - 9.1.4 Apresentar documentação falsa;
 - 9.1.5 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
 - 9.1.6 Não manter a proposta dentro do prazo de validade;
 - 9.1.7 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 9.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 9.1.9 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 9.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 9.1, conforme detalhado nos itens 9.1.1 ao 9.1.9.
- 9.3 A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 9.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

- 9.4 Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA multas, conforme prevê a legislação vigente, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie. As sanções previstas nos itens 9.1 e 9.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 9.5 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 9.2 e 9.3.

São José do Vale do Rio Preto, 17 de Abril de 2024.

Elan Venas Morelli
Secretário Municipal de Saúde